

Radar GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016.



Colômbia

Caminhando em direção à paz



Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira



Venezuela

Tensões e mudanças no Parlamento



Venezuela & Guiana

Idas e vindas pelo Essequibo



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



GSUM

Global South Unit for Mediation

Colômbia **Caminhando em direção à paz**

Em uma de suas mensagens de fim de ano, o presidente Juan Manuel Santos celebrou a **tranquilidade** que cercou o período e destacou os avanços promovidos pelo processo de paz. Segundo Santos, as ações ofensivas às FARC diminuíram 96%; os combates entre o Estado e guerrilha caíram 80%; e as mortes de agentes do Estado e de civis foram reduzidas, respectivamente, em 95 e 92%.

Em comunicado publicado na página oficial da guerrilha, Timoleón Timochenko, por sua vez, elogiou o esforço da mesa de negociações, apontando que “**seu trabalho tem sido exigente e ininterrupto, tendo completado 45 ciclos, aproximadamente 500 dias, de intensos debates ao logo de pouco mais de três anos**”. Embora tenha listado queixas ao governo e ressaltado a complexidade dos tópicos que restam ser negociados, o chefe máximo das FARC demonstrou otimismo e agradeceu o apoio não só dos países garantidores e facilitadores (Cuba, Noruega, Venezuela e Chile), como também de atores como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Vaticano e os governos da Alemanha e dos Estados Unidos.

Em complemento ao aparato de justiça transicional determinado pelo recém-divulgado acordo de vítimas, o governo elucidou, nos últimos dias do mês de dezembro, a forma através da qual se dará a responsabilização de agentes estatais e de civis que perpetraram crimes relacionados ao conflito. Durante uma cerimônia militar realizada no dia 19 de dezembro, o governo anunciou a criação de “**um regime especial, diferenciado, equilibrado e equitativo, baseado no Direito Internacional Humanitário**”, exclusivo para agentes estatais. O tratamento diferenciado é justificado, de acordo com o governo, porque esses atores “**ostentam o exercício legítimo da força e suas ações se presumem legais**”. As penas a serem aplicadas a esses agentes terão a mesma duração daquelas estabelecidas para membros das FARC – de 5 a 8 anos aos que confessarem e colaborarem, e até 20 anos àqueles que não o fizerem –, e serão determinadas pelos membros selecionados para integrar o Tribunal Especial para a Paz. O governo reafirmou que as FARC não estarão envolvidas em tal seleção.

Três dias depois, Santos esclareceu à população como será o tratamento destinado pelos mecanismos de justiça transicional aos civis envolvidos no conflito. O presidente assegurou que aqueles que participaram de crimes devido a extorsões e ameaças não

Radat GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

terão o que temer, de modo que somente serão responsabilizados aqueles envolvidos por vontade própria e de modo determinante em crimes de guerra, delitos de lesa-humanidade, genocídio ou deslocamento forçado. Acima de tudo, ele destacou que “os civis, antes de mais nada, foram vítimas e nós não iremos vitimizá-los novamente”.

Nesse mesmo dia (22 de dezembro), o governo determinou em decreto a liberação do uso medicinal da maconha na Colômbia, que passará a ter um sistema de regulação e de concessão de licenças para o uso da *cannabis* com fins científicos. Em declaração oficial, entretanto, o presidente Santos observou que isso “não vai na contramão dos nossos compromissos internacionais em matéria de controle de drogas, e muito menos vai contra nossa política de luta contra o narcotráfico”.

O processo de paz seguiu recebendo declarações de apoio de importantes atores internacionais durante o recesso dos diálogos. Em sua tradicional mensagem de Natal, o Papa Francisco pediu que “o Natal ilumine os esforços do povo colombiano”. Em sua conta no Twitter, Santos agradeceu ao pontífice “por ter [a Colômbia] sempre em suas orações”. Também via Twitter, o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, desejou “que 2016 seja o ano da paz na Colômbia”. Após receber em visita o Alto Comissário para a Paz na Colômbia, Sergio Jaramillo, a França também celebrou, por meio de um comunicado, os avanços do processo de paz, e se ofereceu para “continuar acompanhando [a Colômbia] na direção de um acordo de paz global”. Ainda ecoam, no entanto, algumas críticas ao acordo de vítimas divulgado no dia 15 de dezembro. Em análise detalhada, por exemplo, a *Human Rights Watch* acusa os negociadores de garantirem a impunidade a ambos os lados e denuncia ambiguidades e omissões que transformam o acordo, em última análise, em uma promessa vazia. Uma pesquisa do *Gallup* divulgada no dia 27 de dezembro, ademais, noticiou que cresceu de 18 para 32% a parcela dos colombianos que votariam “não” em um plebiscito de avaliação dos acordos finais. O “sim” segue à frente nas pesquisas, embora tenha encolhido de 71 para 52% nas pesquisas desde o mês de outubro.

Em meio às celebrações de fim de ano, as FARC questionaram a morosidade da liberação de 30 guerrilheiros presos contemplados com um indulto pelo presidente Santos no fim de novembro, como uma demonstração de boa vontade por parte do governo. Por meio de sua conta no Twitter, Timochenko declarou que há “travas de funcionários impedindo que indultados pelo presidente possam sair antes que termine o ano”. No dia 28 de dezembro, o periódico *El Espectador* noticiou que apenas 3 dos 30 guerrilheiros beneficiados reuniam condições legais para o cumprimento do indulto. O ministro da Justiça, Yesid Reyes, negou que haja entraves burocráticos propositais, argumentando que antes que se possa concretizar o indulto, as leis colombianas precisam ser observadas.

Radar GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

Segundo Reyes, todos os guerrilheiros estarão aptos a receber o perdão presidencial até o fim do mês de janeiro.

Cresceu também neste fim de ano a expectativa em torno da instalação de um processo de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Apesar de se noticiarem “diálogos exploratórios” com esse objetivo desde 2014, o líder da guerrilha, Nicolás Rodríguez Bautista (“Gabino”), declarou em entrevista que a agenda de negociação está finalmente acordada e que está confiante no estabelecimento de um processo de paz no início de 2016. Poucos dias após essa notícia, contudo, o jornal El Tiempo informou que esses esforços foram enfraquecidos diante da decisão da Venezuela de congelar sua mediação dos diálogos como forma de pressionar a Colômbia a não apoiar a oposição ao governo de Nicolás Maduro. Tendo em vista que a cúpula da ELN está localizada em território venezuelano, a mediação deste país será essencial para o logro de tais diálogos.

No dia 1º de janeiro, foram empossados mais de mil prefeitos e 32 governadores colombianos para um mandato que vai de 2016 a 2019. Conforme Santos vinha afirmando desde as eleições, essas autoridades serão essenciais para o desafio da implementação dos acordos finais. Em **discurso** proferido na posse da prefeita de Rioblanco (Tolima), Delcy Esperanza Isaza, o presidente destacou o ineditismo da presença de uma mulher naquele cargo e o simbolismo dessa renovação no poder justamente na região onde nasceram as FARC.

Fontes:

- EFE. “Colombia define el sistema de justicia para los agentes del Estado en el marco de paz”. (19/12/2015): <http://goo.gl/81UPIm>
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. “Puntos destacados de la Jurisdicción Especial para la Paz para Agentes del Estado”. (19/12/2015): <http://goo.gl/xzymQf>
- LA SILLA VACIA. “La moñona de los militares”. (20/12/2015): <http://goo.gl/xMHVNF>
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. “Presidente anuncia bases de cómo funcionará justicia transicional para civiles”. (22/12/2015): <http://goo.gl/5FCGui>
- HUMAN RIGHTS WATCH. “Colombia: Agreeing to Impunity”. (22/12/2015): <https://goo.gl/ygvGe4>
- EFE. “Colombia se abre al uso medicinal de la marihuana”. (22/12/2015): <http://goo.gl/dmCzRn>
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. “Abecé. Uso de cannabis con fines médicos y científicos”. (22/12/2015): <http://goo.gl/RucxZ6>
- EL ESPECTADOR. “‘Timochenko’ asegura que existen ‘trabas’ en caso de guerrilleros indultados”. (25/12/2015): <http://goo.gl/2rsJPz>
- EL TIEMPO. “‘Que la Navidad ilumine esfuerzos de paz del pueblo colombiano’: Papa”. (25/12/2015): <http://goo.gl/FTvdJO>
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. “Papa Francisco pidió que la Navidad ilumine esfuerzos de Colombia por la paz”. (25/12/2015): <http://goo.gl/q8fSOX>
- EL ESPECTADOR. “‘Iván Márquez’ cuestionó demoras en excarcelación de guerrilleros indultados”. (27/12/2015): <http://goo.gl/nLfkR4>
- INFOLATAM. “Crece número de colombianos que votarían ‘no’ a acuerdos de paz en plebiscito”. (27/12/2015): <http://goo.gl/Div8Hr>

Radars GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

- EL ESPECTADOR. “Hasta ahora solo tres de los 30 guerrilleros que serán indultados cumplen con los requisitos”. (28/12/2015): <http://goo.gl/UEJ4SE>
- EFE. “Alcaldes y gobernadores de Colombia juran cargos para gestionar la futura paz”. (01/01/2016): <http://goo.gl/y2YznU>
- PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. “Presidente Santos agradece al Secretario General de la OEA por su apoyo y deseos de que Colombia logre la paz en 2016”. (02/01/2016): <http://goo.gl/L3Ex3R>

Relatórios

❖ Human Rights Watch

Human Rights Watch Analysis of Colombia-FARC Agreement. (21/12/15): <https://goo.gl/mXiulf>

❖ Fundación Ideas para la Paz

Radars de la paz - Síntesis bimensual - septiembre y octubre de 2015. (18/12/15): <http://goo.gl/tkchfZ>

❖ La Silla Vacía

Así se transformó el poder en el 2015. (23/12/2015): <http://goo.gl/VyaD14>

Las grandes historias y debates del 2016. (03/01/16): <http://goo.gl/HzeEKW>

Declarações

❖ FARC-EP

Mensaje de fin de año de las FARC-EP. (31/12/15): <http://goo.gl/bEwuF4>

❖ Presidencia de la República Colombiana

Compromiso del Gobierno Nacional en el Marco del Fin del Conflicto Armado, para la Aplicación de la Jurisdicción Especial para la Paz a los Agentes del Estado. (19/12/2015): <http://goo.gl/4fgwe3>

Palabras del Presidente Juan Manuel Santos en la firma del decreto sobre uso del cannabis con fines médicos y científicos. (22/12/15): <http://goo.gl/Qzvdgl>

Declaración del Presidente Juan Manuel Santos sobre las bases de justicia para civiles. (22/12/2015): <http://goo.gl/GcNbti>

Colômbia & Venezuela **Crise na fronteira**

No dia 28 de dezembro, um helicóptero da Guarda Nacional venezuelana caiu no estado colombiano de La Guajira, a poucos metros da fronteira entre os dois países. O ministro de Defesa da Colômbia, Luis Carlos Villegas, descartou a possibilidade de ter havido uma violação da soberania colombiana, e afirmou que “**nossa presença no local foi humanitária para saber se os tripulantes [feridos] estavam bem atendidos, e pela via diplomática estabeleceremos com o governo da Venezuela que destino terão os restos da aeronave que ficaram deste lado da fronteira**”.

No dia seguinte, um grupo de deputados da oposição venezuelana articulou-se para denunciar o presidente Nicolás Maduro por abuso de poder na questão fronteiriça. Segundo os deputados, passados os 120 dias improrrogáveis para a manutenção do estado de exceção, não há justificativas para a interrupção do livre trânsito entre os países. O deputado autor da denúncia, Walter Márquez, argumenta que “**o governo carece de fundamento legal e constitucional para manter a fronteira fechada**”.

Fontes:

- EFE. “*Dos heridos al caer en Colombia un helicóptero de la Guardia venezolana*”. (28/12/15): <http://goo.gl/8sBQy0>
- EFE. “*Opositores denunciarán a Maduro por mantener la frontera con Colombia cerrada*”. (29/12/2015): <http://goo.gl/nhp8as>
- INFOLATAM. “*Oposición denuncia a Maduro por mantener frontera con Colombia cerrada*”. (29/12/2015): <http://goo.gl/rT56NX>

Venezuela **Tensões e mudanças no Parlamento**

O Paraguai propôs a criação de uma **comissão especial do Mercosul para tratar de temas ligados aos direitos humanos**, no último dia 20 de dezembro. A comissão teria poderes para avaliar se os países membros do bloco respeitam as exigências democráticas do protocolo de Assunção, de 2005. Caso aprovada, a iniciativa poderia punir a Venezuela por meio de um instrumento mais simples. No entanto, é preciso que todos os membros plenos aceitem a iniciativa paraguaia, que surge logo após o abandono da tentativa de retaliação à Venezuela sob a alegação de que o país teria violado a cláusula democrática do bloco. Encabeçada pelo presidente eleito da Argentina, **Mauricio Macri**, a tese de

Radat GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

violação da cláusula democrática perdeu força após a vitória da oposição nas eleições parlamentares de 06 de dezembro de 2015. Ainda assim, a 49ª Cúpula do Mercosul, que ocorreu no dia 21 de dezembro de 2015, em Assunção, marcou o **primeiro confronto direto** entre Macri e o governo da Venezuela. Durante seu discurso, o presidente argentino pediu explicitamente pela libertação dos presos políticos venezuelanos. A atitude foi vista como ingerência pela chanceler venezuelana, Delcy Rodríguez, que acusou o presidente argentino de defender a violência política.

A Mesa de Unidade Democrática (MUD) realizou uma coletiva de imprensa no dia 22 de dezembro, denunciando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) venezuelano havia recebido uma petição do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), cujo conteúdo questionava a legitimidade **de 22 dos 112 deputados eleitos** pela coligação opositora. A nova Assembleia Nacional (AN) se reunirá pela primeira vez no próximo dia 05 de janeiro de 2016. A perda de um único deputado privaria a oposição da maioria absoluta de dois terços das cadeiras legislativas, número necessário para mudanças de caráter constitucional. Durante a coletiva, Jesus Torrealba, secretário executivo da MUD, afirmou ter notificado a Unasul, a OEA e a União Europeia sobre a petição. Entretanto, após a coletiva de imprensa o STJ informou, por meio de um **comunicado oficial**, que não havia recebido qualquer petição judicial que desafiasse os resultados das eleições.

No último dia 22, o atual presidente da AN, Diosdado Cabello, sancionou a reforma parcial da **Lei Orgânica de Defesa Pública**. As alterações previstas na reforma protegerão a nova Defensora Pública Geral, Susana Barreiros, de ser demitida sem causa justificada antes do fim de seu mandato de sete anos. Barreiros, que esteve à frente do julgamento do caso de Leopoldo López, foi designada para o cargo em uma sessão extraordinária do dia 11 de dezembro de 2015. A reforma é fruto de outras **sessões extraordinárias** que, apesar do recesso administrativo, continuam sendo comandadas por Cabello. Não obstante, a **Lei de Inamovibilidade Laboral** também foi renovada três dias antes da expiração da lei “habilitante”, que até o fim de dezembro concedia ao presidente Maduro a prerrogativa de governar por decreto. A lei, classificada pelo presidente como necessária para a proteção dos trabalhadores, visa evitar um suposto plano opositor que viabilize demissões e privatizações em massa, garantindo a não demissão de trabalhadores pelos próximos três anos. No último dia 23 de dezembro, a AN aprovou ainda a nomeação de 13 novos magistrados principais e 21 suplentes. A oposição classificou a nomeação como “**um assalto desesperado**” diante da proximidade da posse dos novos deputados. Desde o dia 20 de dezembro, a AN tem recebido sessões em horários matutinos, vespertinos e noturnos. O expediente, mesmo em época de recesso, se estenderá até o dia 04 de janeiro, último dia antes da posse dos novos deputados eleitos.

Apesar de ter publicamente comunicado o não recebimento de petições judiciais, no dia 30 de dezembro o **STJ venezuelano impugnou 6 de 7 solicitações** de medidas cautelares apresentadas pelo PSUV contra deputados da MUD. A medida cautelar acolhida pelo STJ

RadAR GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

pede a completa anulação da eleição realizada no estado de Amazonas, o que culminou no ordenamento da suspensão provisória e imediata dos procedimentos de posse dos deputados eleitos neste estado. Neste caso, ainda não está claro se ocorrerão novas eleições para as cadeiras vagas. Os parlamentares da MUD afetados pela medida são Julio Haron Ygarza e Nirma Guarulla, além do deputado indígena Romel Guzama do Sul. O recurso também afeta o deputado eleito do PSUV, Miguel Rodríguez. Com a suspensão dos três membros da MUD, a oposição ficaria com 109 deputados. Discute-se agora se o novo número de deputados eleitos (que passou de 167 para 163) redefinirá o piso para a maioria absoluta na AN. De qualquer forma, **a oposição anunciou que não aceitará a decisão**, e que todos os seus 112 deputados tomarão posse no próximo dia 05. Outros quatro recursos de impugnação foram admitidos e encontram-se sob análise do STJ.

A coligação opositora MUD tem enfrentado profundas divisões internas no desenho de seu programa político. Após declarações de **Henrique Capriles**, de que a coligação deveria priorizar a estabilidade econômica do país em vez de lutar apenas pela retirada de Maduro do poder, líderes do partido de Leopoldo Lopez, o “Voluntad Popular” expuseram duras críticas à sua postura, **acusando-o de permitir que a vitória da MUD seja roubada**. O partido de Capriles, “Primeiro Justicia” (PJ), pediu no dia 31 de dezembro de 2015, que as Forças Armadas assegurassem os resultados eleitorais parlamentares, cumprindo com seu dever de **proteger o novo corpo legislativo**.

Durante entrevista ao canal de televisão Globovisión, o deputado eleito pela MUD, Henry Ramos Allup, acusou a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel) de extorquir canais de televisão privados, ameaçando remover a concessão de transmissão caso estes se oponham à linha governista. Allup, que também é secretário geral do partido “Acción Democrática” (AD), reiterou que um dos compromissos assumidos pelos partidos de oposição está na mudança de governo no primeiro semestre de 2016, por meio de um **referendo revogatório** que buscará logar a saída de Maduro da presidência. Allup determinou ainda que a primeira lei a ser promulgada pela nova AN será a lei de anistia aos presos políticos.

Unidos contra o projeto chavista, 21 partidos de diferentes posicionamentos políticos tem lutado pelo protagonismo dentro da coligação. Apesar dos desentendimentos, a oposição tem falado em um **acordo prévio** entre suas diferentes frentes para alternar a presidência da AN entre as partes que receberam a maioria dos votos nas últimas eleições. O modelo de alternância de poder tem lembrado o criticado pacto de Punto Fijo, um acordo político firmado em 31 de outubro de 1958, que determinava o retorno do país à democracia por meio da alternância presidencial entre três dos maiores partidos venezuelanos da época: o Acción Democrática, a Unión Republicana Democrática, e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei). O pacto foi derrotado em 1989, diante da insatisfação popular com políticas de austeridade fiscal adotadas pelo então presidente Carlos Andrés Pérez. Em todo caso, a atual presidência da AN será

Radar GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

determinada dia 03 de janeiro por meio do voto secreto dos deputados opositores eleitos. Os membros devem escolher entre Henry Ramos Allup (AD) e Julio Borges (PJ). A MUD anunciou ainda, no dia 02 de janeiro de 2016, que **a instalação da nova assembleia terá convidados internacionais**, bem como correspondentes da imprensa estrangeira e nacional no acompanhamento da cerimônia de posse dos novos deputados.

O “Parlamento Comunal Nacional” (PCN), criado por Diosdado Cabello no último dia 16 de dezembro, tem sido articulado como parte do projeto chavista de capacitação dos 45.000 conselhos comunitários e quase 1.500 comunas venezuelanas. Aprovada em 2010, a Lei Orgânica das Comunas determina que o parlamento comunal deverá ser o mais alto nível de autogoverno nos municípios, cujas decisões serão expressas através da adoção de normas para a regulação da vida social e comunitária. Dentre as normas estão a implementação de algumas políticas públicas e “missões” sociais nas mais diversas áreas. Um exemplo desta iniciativa está na entrega de casas populares às famílias venezuelanas de baixa renda, que alcançou a marca de **1 milhão de moradias** no último dia 30 de dezembro. Isto posto, **especialistas afirmam que a Assembleia Nacional não será substituída**, já que o PCN não pode emitir qualquer decisão juridicamente relevante, porque não é uma figura de existência legal – a menos que se aprove, antes do dia 05, uma lei que conceda mecanismos parlamentares para que as comunas possam legislar em oposição à AN.

Uma reforma parcial da Lei do Imposto de Renda foi anunciada, no dia 02 de janeiro de 2016, como parte do decreto 2163, que visa prevenir a evasão fiscal, a ocultação de lucros finais, além de **umentar a taxa dos impostos às grandes empresas**, de 34% para 40%. Além da reforma da lei do imposto sobre grandes transações financeiras, Maduro também defendeu a implementação de um sistema único de exportação e importação. O presidente venezuelano declarou ainda que a Lei Orgânica para o Desenvolvimento das Atividades Petroquímicas também passará por uma reforma, na tentativa de atrair divisas e tecnologia para o país.

Fontes:

- BBC. “Venezuela: ¿qué es el Parlamento Comunal que instaló el chavismo luego de perder la mayoría legislativa?”. (16/12/2015): <http://goo.gl/43YJC5>
- CARTA CAPITAL. “Uma bofetada no chavismo”. (20/12/2015): <http://goo.gl/PFwrcB>
- FOLHAPRESS. “Paraguai sugere punição mais rápida à Venezuela no Mercosul”. (20/12/2015): <https://goo.gl/X6kNsj>
- EFE. “Parlamento chavista convoca sessões extraordinárias para nomear juizes”. (20/12/2015): <http://goo.gl/VKT4Ti>
- DEUTSCHE WELLE. “Argentina e Venezuela trocam acusações em cúpula do Mercosul”. (21/12/2015): <http://goo.gl/hvLLaS>
- AVN. “Sancionada reforma parcial de la Ley Orgánica de la Defensa Pública”. (22/12/2015): <http://goo.gl/5UJVPs>
- TALCUAL. “Henrique Capriles: ‘Maduro no quiere llegar a 2019’”. (23/12/2015): <http://goo.gl/YACmzD>
- SPUTNIK. “Treze juizes e um velho Maduro”. (24/12/2015): <http://goo.gl/FT5LUx>
- WHOLA. “Conflict of Powers Looms as Venezuela’s New Assembly Prepares to Convene”. (28/12/2015): <http://goo.gl/WEMgkC>
- INFOLATAM. “Venezuela prorroga decreto que prohíbe despidos en medio de crisis económica”. (29/12/2015): <http://goo.gl/fQcCMf>
- TELESUR. “Venezuela: Diputado Ramos Allup atacó a medios públicos”. (29/12/2015): <http://goo.gl/qEQ1z8>
- EFECTO COCUYO. “Amazonas se queda sin diputados electos por decisión del TSJ”. (30/12/2015): <http://goo.gl/2Yjed4>

Radar GSUM

nº 4 – De 19 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016

- INFOLATAM. “Maduro convoca un “congreso nacional” para “renacimiento del bolivarianismo””. (30/12/2015): <http://goo.gl/KbJujq>
- TELESUR. “Presidente Maduro hace entrega de la vivienda 1 millón”. (30/12/2015): <http://goo.gl/bCyARw>
- AFP. “‘Process of change is unstoppable’ says Venezuela opposition”. (30/12/2015): <http://goo.gl/lxx1KV>
- OBSERVADOR. “Supremo Tribunal da Venezuela suspende eleição de três deputados da oposição”. (31/12/2015): <http://goo.gl/u2CgP2>
- EFE. “Oposição venezuelana pede que Forças Armadas protejam resultado das eleições”. (31/12/2015): <http://goo.gl/7Esxxp>
- VALOR ECONÔMICO. “Suprema corte venezolana impede posse de três deputados opositores”. (31/12/2015): <http://goo.gl/zzr1Om>
- AFP. “Tensão entre governo e oposição na Venezuela”. (01/01/2016): <http://goo.gl/Ynyqoa>
- WHOLA. “Opposition Divisions Resurface before Impending Selection of Venezuela’s National Assembly President”. (02/01/2016): <http://goo.gl/nvnkZu>
- EFECTO COCUYO. “El peligroso juego de trono dentro de la MUD”. (02/01/2016): <http://goo.gl/w7Y2Y4>
- EFECTO COCUYO. “Habrá marcha e invitados internacionales para la instalación de la nueva AN”. (02/01/2016): <http://goo.gl/0Tf8ju>
- EL PAÍS. “Maduro acelera o ‘golpe judicial’ para retomar o poder na Venezuela”. (02/01/2016): <http://goo.gl/wldZr8>
- TELESUR. “Pde. Maduro dicta 5 nuevos decretos para proteger al pueblo”. (02/01/2016): <http://goo.gl/CfWeXz>

Relatórios

❖ Whola

What is next for Venezuela? (08/12/2015): <http://goo.gl/VHhHky>

❖ Carta Maior

Venezuela: o que mais dói não é a derrota eleitoral, mas sim a derrota cultural. (20/12/2015): <http://goo.gl/yjqKFx>

❖ Human Rights Watch

Dispatches: Talking Tough to Venezuela – Finally. (21/12/2015): <https://goo.gl/src8nW>

❖ International Crisis Group

The End of Hegemony: What Next for Venezuela? (21/12/2015): <http://goo.gl/3LFFlt>

Declarações

❖ Mercosur

Comunicado conjunto de los Estados partes y Estados asociados de la XLIX Cumbre de Mercosur. (21/12/2015): <http://goo.gl/xjjONg>

❖ Tribunal Supremo de Justicia – Venezuela

Sala Electoral no ha recibido ninguna impugnación sobre elecciones parlamentarias del 6D. (22/12/2015): <http://goo.gl/YRit2w>

Venezuela & Guiana Idas e vindas pelo Essequibo

A Guiana aumentará sua força aérea, naval e militar nos próximos anos para garantir a segurança de seu território. O plano de fortalecimento militar do país foi anunciado pelo chefe do Estado Maior, **General Mark Phillips**, e inclui o aumento da capacidade de vigilância da guarda costeira guianense. Phillips declarou, em coletiva de imprensa, que a melhoria da segurança no país virá por meio da aquisição de novas aeronaves e de um navio de patrulha costeira. Os detalhes específicos sobre as novas aquisições ainda são desconhecidos. Sabe-se apenas que o plano deverá ser realizado dentro dos próximos quatro anos. O reforço da segurança ocorre justamente enquanto a ExxonMobil se prepara para dar início à prospecção do petróleo em Essequibo.

Fontes:

- EFE. “VENEZUELA: Guyana incrementará su dotación militar aérea y naval por seguridad”. (02/01/2016): <http://goo.gl/hjO76q>
- LATIN AMERICAN HERALD TRIBUNE. “Guyana Bolsters Capacity to Defend Territorial Waters”. (03/01/2016): <http://goo.gl/W1uC1t>

Sobre o Radar

O Radar GSUM é uma plataforma de monitoramento quinzenal dos atuais conflitos na América Latina.

 Nos siga no Facebook! www.bricspolicycenter.org/gsum | gsum@bricspolicycenter.org



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org

